



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº \_\_\_\_\_, DE 2025**

(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Educação, a respeito da notícia que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deu aval para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, quanto a notícia que Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deu aval para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) *Como o Ministério da Educação justifica a autorização para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado? Quais são as explicações para esse significativo sobrepreço, considerando que a Controladoria-Geral da União havia estimado um valor inferior para o investimento?*
- 2) *Quais medidas de fiscalização foram adotadas para garantir que o processo de aquisição seguisse os padrões de transparência e eficiência? Houve uma análise detalhada para verificar se os preços apresentados pelas*

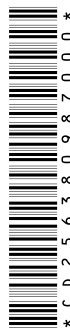




**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

*empresas contratadas eram condizentes com a realidade do mercado?*

- 3) *Como o Ministério da Educação justifica a alocação de R\$ 3 bilhões para a compra das carteiras escolares, um valor R\$ 1 bilhão superior ao previsto pela CGU? Esse aumento de custo está sendo acompanhado de perto para garantir que o dinheiro público seja bem empregado?*
- 4) *Houve uma pesquisa de mercado comparando preços de fornecedores diferentes antes de se fechar o contrato com as empresas responsáveis? Caso tenha sido feita, quais foram os critérios adotados para selecionar as empresas e como o Ministério garante que o processo foi conduzido de maneira justa e eficiente?*
- 5) *De que maneira o Ministério acredita que a compra dessas carteiras escolares, com preço elevado, irá impactar positivamente a qualidade da educação no Brasil*
- 6) *O valor investido é justificado pela necessidade urgente de melhoria da infraestrutura escolar ou poderia ter sido utilizado de forma mais eficaz em outras áreas da educação?*
- 7) *Considerando a discrepância entre os valores estimados pela CGU e o valor final da compra, o Ministério da Educação está considerando a suspensão do processo ou a revisão dos contratos? Há alguma investigação em andamento para verificar a legalidade dos preços praticados?*
- 8) *Quem será responsabilizado caso se comprove que houve sobrepreço nas aquisições ou desvio de recursos públicos?*
- 9) *Quais serão as ações do Ministério da Educação para garantir que a sociedade tenha total transparência em relação a essa compra e a seus impactos?*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Apresentação: 04/04/2025 16:44:12.690 - Mesa

RIC n.1106/2025

*10)O Ministério considera sustentável, a longo prazo, a estratégia de investir valores tão elevados em um único item como as carteiras escolares, especialmente em um cenário de restrição orçamentária e necessidades educacionais urgentes em diversas áreas do país?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Educação, entenda como relevantes, para demais esclarecimentos quanto ao tema supracitado.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Uma decisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ocorrida em 2024, provocou uma verdadeira onda de indignação e preocupação no cenário educacional e econômico do país. A entidade autorizou a aquisição de carteiras escolares a preços 50% superiores ao valor de mercado, resultando em um investimento total de R\$ 3 bilhões, que superou em R\$ 1 bilhão o montante inicialmente estimado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2022, durante a análise do edital.

Segundo o site “ContraFatos”<sup>1</sup>, o portal “UOL” informou que o governo Lula comprou móveis escolares em uma negociação que levou a preços 50% mais altos do que os do mercado. Atas de preços foram registradas, válidas até setembro do ano corrente, possibilitando aquisições até 2026. Em 2024, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deu aval para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado. O investimento total chegou a R\$ 3 bilhões, uma quantia R\$ 1 bilhão maior que a previamente estimada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2022, durante a análise do edital.

O conjunto de mesa para professor, que em 2022 tinha o valor de R\$ 368,88 (ou R\$ 387,55, considerando a inflação), é um exemplo que foi autorizado a chegar até R\$ 1.072 no leilão do ano anterior. Baseado nesses registros, já foram firmados 14 contratos, totalizando R\$ 21,9 milhões, apesar de somente uma parte das aquisições ter sido finalizada.

<sup>1</sup> <https://www.contrafatos.com.br/governo-lula-paga-50-a-mais-por-moveis-escolares-e-gera-suspeitas-de-irregularidade/>



\* C D 2 5 6 3 8 0 9 8 7 0 0 0 \*



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Ainda, a reportagem informa que Companhias que foram excluídas da licitação afirmam que o tempo disponível para coletar a documentação foi insuficiente, diminuindo a competição. *“No termo de referência do edital, há a exigência de laudos e documentos de itens lançados há pouco no mercado (...), não sendo possível o atendimento de tais exigências pela grande maioria dos fornecedores”*, afirmou a MC Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Destaca-se, que essa disparidade entre o valor real pago e o valor de mercado levanta sérias questões sobre a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos, especialmente em uma área tão crucial como a educação. A princípio, o propósito da compra era modernizar as escolas e garantir que os estudantes tivessem acesso a móveis adequados e seguros para o seu aprendizado. No entanto, a discrepância nos preços gerou desconfiança e escancarou um problema maior: a falta de fiscalização rigorosa nos processos de aquisição de bens e serviços com dinheiro público.

O que mais preocupa é que, enquanto esse montante exorbitante foi destinado ao setor educacional, muitas escolas ainda enfrentam a escassez de recursos básicos, como professores qualificados, materiais didáticos e infraestrutura adequada. A discrepância entre o valor pago pelas carteiras e o que seria razoável, considerando os preços de mercado, reforça a ideia de que há uma gestão ineficaz ou até mesmo irregular do orçamento público.

Ademais, o fato de o valor final da compra ser muito superior ao que foi projetado pela CGU levanta suspeitas sobre possíveis sobrepreços e o envolvimento de intermediários ou empresas que se beneficiam dessa situação em detrimento do bem-estar dos alunos. A quantia de R\$ 1 bilhão a mais, em um momento em que o país enfrenta uma crise fiscal e cortes em diversas áreas, torna ainda mais alarmante a possibilidade de que recursos essenciais estejam sendo mal direcionados.

Além disso, esse episódio não apenas compromete a credibilidade do FNDE, mas também expõe as falhas sistêmicas de fiscalização, planejamento e execução de projetos governamentais. Quando os recursos destinados à educação são mal administrados, o impacto não se limita apenas à aquisição de produtos, mas reflete diretamente na qualidade do ensino e no futuro das gerações que dependem desses serviços.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Diante desse cenário, o alerta, portanto, é claro: é necessário que haja maior rigor na análise de contratos públicos, que a fiscalização seja fortalecida e que as autoridades responsáveis prestem contas à sociedade de forma transparente. O valor investido na educação deve ser utilizado de maneira eficaz, e a população tem o direito de exigir que o dinheiro público seja aplicado de forma responsável e honesta.

Sala das Sessões, em      de      , de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**  
*PL/GO*

